

RECURSO ESPECIAL Nº 1.477.530 - GO (2014/0216033-9)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : **ANTÔNIO JOÃO DE SOUZA**
ADVOGADOS : **RUBENS DÁRIO LISBOA JUNIOR - GO027633**
 : **JOICE FERREIRA PAINS E OUTRO(S) - GO028364**
RECORRIDO : **BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A**
ADVOGADOS : **DEISE MARIA DOS REIS SILVÉRIO - GO024864**
 : **FLÁVIA DE FARIA GENARO E OUTRO(S) - GO026818**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial fundado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, interposto por ANTÔNIO JOÃO DE SOUZA contra v. acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, assim ementado:

"AGRAVO REGIMENTAL CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA. APELAÇÃO. INOVAÇÃO RECURSAL. ARRENDAMENTO MERCANTIL. JUROS REMUNERATÓRIOS. REVISÃO. ÔNUS SUCUMBÊNCIA. AUSÊNCIA DE FATOS NOVOS A JUSTIFICAR O PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. I - Não se conhece do agravo regimental na parte em que inova trazendo argumentos não apresentados no apelo. II - Em se tratando de matéria a cujo respeito é dominante o entendimento no respectivo Tribunal ou nos Tribunais Superiores (STE e STJ), veiculado em súmula ou jurisprudência, o Relator está autorizado, com lastro no caput e §1º-A do art. 557 do CPC, negar seguimento ou dar provimento de plano ao recurso, permissividade que não implica em ofensa aos princípios do devido processo legal, recorribilidade e duplo grau de jurisdição. III - Em consonância com o posicionamento adotado pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça (Súmula 293 do STJ), a cobrança diluída do VGR, em arrendamento mercantil, não implica a descaracterização do contrato de leasing, sendo, pois, impertinente se falar em limitação f- de juros. IV - A parte vencida na maioria absoluta dos pedidos responde pelos ônus sucumbenciais, nos termos da previsão do artigo 21, parágrafo único, do Código de Processo Civil. V - Inexistindo fundamento ou fato novo capaz de conduzir o julgador a nova convicção, nega-se provimento ao Agravo Regimental. AGRAVO REGIMENTAL CONHECIDO EM PARTE, E NESTA IM PROVIDO." (fls. 238/239)

Nas razões do recurso especial, a parte recorrente aponta violação aos arts.

5º, XXXV, da Constituição Federal, 6º, V, 46, 51, IV, § 1º, III, do Código de Defesa do Consumidor, 535 do CPC/73 e dissídio jurisprudencial, sustentando, em síntese, (a) "*não pode o Estado Juiz se omitir de dizer o direito, conforme ocorreu nestes autos*" (fl. 262), (b) nos contratos de arrendamento mercantil, quando não há cláusula contratual fixando os juros compensatórios, estes devem ser calculados segundo a taxa média de mercado, aplicada a ajustes da mesma espécie e (c) ausente a previsão de juros capitalizados mensalmente, a capitalização deve ser anual.

Contrarrazões apresentadas às fls. 273/277.

É o relatório.

Não se conhece do recurso especial quanto à tese de ofensa a dispositivos da Constituição Federal, sob pena de usurpação da competência da Corte Suprema.

A pretensão de afastar a capitalização mensal dos juros não foi debatida pelo Tribunal de origem, que considerou o argumento inovação recursal em sede de agravo interno, conforme se observa do seguinte trecho do aresto estadual:

"No entanto, depreende-se do caderno processual que tal tese não foi, em nenhum momento objeto de recurso, tanto que e sequer foi analisado na decisão agravada, o que obsta seja suscitada nessa ocasião, por se tratar de vedada inovação recursal." (fl. 243)

Assim, por ausência de prequestionamento, não conheço do apelo no tocante à capitalização dos juros.

Rejeita-se a alegação de violação ao art. 535 do CPC/73, uma vez que a parte recorrente limita-se a apresentar alegação genérica de omissão, sem especificar quais teriam sido as teses, argumentos ou temas omitidos e quais seriam, teoricamente, sua relevância para a solução da causa. O apelo, portanto, nessa parte, atrai o óbice da Súmula 284 do STF, aplicada por analogia. Nesse sentido confirmam-se:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECEBIMENTO COMO AGRAVO REGIMENTAL. AFRONTA AO ART. 535 DO CPC NÃO DEMONSTRADA. SÚMULA N. 284 DO STF. PLANO DE SAÚDE. DEPENDENTE. IDADE LIMITE. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. Considera-se deficiente, a teor da Súmula n. 284 do STF, a fundamentação do recurso especial que alega violação do art.

535 do CPC, mas não demonstra, clara e objetivamente, qual o ponto omissso, contraditório ou obscuro do acórdão recorrido que não teria sido sanado no julgamento dos embargos de declaração.

(...)

4. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, ao qual se nega provimento.

(EDcl no AREsp 336.626/SP, Rel. **Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**, QUARTA TURMA, julgado em 05/05/2015, DJe 12/05/2015 - grifou-se)

"RECURSO ESPECIAL. RESCISÃO DE CONTRATO PARA FORNECIMENTO DE GÁS NATURAL VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7 DO STJ. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA.

1. Não se viabiliza o recurso especial pela indicada violação do artigo 535 do Código de Processo Civil, quando o recorrente apresenta alegação genérica de omissão, sem se preocupar em especificar quais seriam exatamente as omissões e qual a relevância da questão omitida para solução da controvérsia, atraindo, de forma inarredável, a exegese da Súmula 284/STF: 'É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia'.

(...)

5. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 263.135/RJ, Rel. **Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 24/04/2014, DJe 29/04/2014 - grifou-se)

Quanto ao mais, importa destacar que o Tribunal de origem rejeitou a pretensão autoral de limitação dos juros remuneratórios, por entender que o arrendamento mercantil constitui contrato misto - em parte locação, em parte compra e venda -, razão pela qual seria incompatível com a cobrança de juros. Eis trecho do aresto:

"Sobre o tema em análise, inicialmente impende frisar que ao levar-se em consideração a legislação pertinente (Lei 6.099/74, alterada pela Lei 7.132/83), a doutrina classificou o arrendamento mercantil como um contrato de natureza híbrida ou complexa, haja vista que, pela mera utilização da coisa em troca de uma contraprestação, revela traços do instituto da locação, sendo que, por outra parte, transparece promessa unilateral de compra e

venda a prazo, por meio do qual o arrendatário tem a prerrogativa de adquirir o bem arrendado.

(...)

Por essa razão, não prevalece o pedido do apelante se redução dos juros contratado para a taxa média de mercado, pois entendo que não restou descaracterizado o contrato de arrendamento mercantil, uma vez que tal interpretação não se harmoniza com o entendimento jurisprudencial dominante bem como afronta a Súmula nº 293, do STJ. não havendo que falar em cobrança de juros." (fls. 248/249)

No entanto, embora a atenuação do VRG de fato não descaracterize o contrato de *leasing*, a jurisprudência do STJ admite o controle judicial da taxa de juros desse tipo de ajuste. Nesse sentido:

"DIREITO BANCÁRIO. RECURSO ESPECIAL. CONTRATO BANCÁRIO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL. JUROS REMUNERATÓRIOS. TAXA CONTRATUAL PRATICADA EM CONFORMIDADE COM O MERCADO. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA.

1. Resoluções, portarias e circulares não se encontram encartadas no conceito de lei federal para fins de abertura da via especial.

Precedentes.

2. Não ocorre violação ao art. 535 do CPC quando o Juízo, embora de forma sucinta, aprecia fundamentadamente todas as questões relevantes ao deslinde do feito, apenas adotando fundamentos divergentes da pretensão do recorrente. Precedentes.

3. A Segunda Seção, por ocasião do julgamento do REsp 1.061.530/RS, submetido ao rito previsto no art. 543-C do CPC, Relatora Ministra Nancy Andrighi, DJe 10.3.2009, consolidou o seguinte entendimento quanto aos juros remuneratórios: a) as instituições financeiras não se sujeitam à limitação dos juros remuneratórios estipulada na Lei de Usura (Decreto 22.626/33), Súmula 596/STF; b) a estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, não indica abusividade; c) são inaplicáveis aos juros remuneratórios dos contratos de mútuo bancário as disposições do art. 591 combinado com o art. 406 do CC/02; d) é admitida a revisão das taxas de juros remuneratórios em situações excepcionais, desde que caracterizada a relação de consumo e que a abusividade (capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada - art. 51, §1º, do CDC) fique cabalmente demonstrada ante as peculiaridades do julgamento em concreto.

4. No caso, o Tribunal a quo entendeu pela abusividade da taxa praticada pelo recorrente apenas porque estipulada em percentual superior a 12% ao ano, sendo certa a não ocorrência de

abusividade, tal qual consignado na sentença (fl. 86).

5. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta extensão, provido.

(REsp 1005427/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 25/09/2012, DJe 05/10/2012)"

Diante disso, também entende o STJ que, na ausência de cláusula contratual estipulando a taxa de juros do negócio, esse encargo compensatório deve ser calculado segundo a taxa média de mercado, aplicada a contratos da mesma espécie. Nesse sentido:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. EXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. ACOLHIMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. INCIDÊNCIA DE ÓBICES PROCESSUAIS. AFASTAMENTO. RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL. JULGAMENTO EXTRA PETITA. TAXA DE JUROS REMUNERATÓRIOS. AUSÊNCIA DE PREVISÃO CONTRATUAL. TAXA MÉDIA DE MERCADO. PRECEDENTES. REVISÃO DE MATÉRIA FÁTICA E CONTRATUAL. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. PERIODICIDADE. COBRANÇA ANTECIPADA DO VALOR RESIDUAL DE GARANTIA. NÃO DESCARACTERIZAÇÃO DO LEASING. COMPENSAÇÃO DE VALORES. POSSIBILIDADE. ENUNCIADOS 5, 7, 281, 293 DA SÚMULA DO STJ.

1. "Nos contratos bancários, é vedado ao julgador conhecer, de ofício, da abusividade das cláusulas" (Enunciado 381 da Súmula do STJ).

2. Ausente no contrato o percentual dos juros remuneratórios, circunstância fática e contratual alheia à instância especial, a jurisprudência do STJ firmou seu posicionamento no sentido de que prevalece a taxa média de mercado (2ª Seção, REsp 1.112.880/PR, Rel. Ministra Nancy Andrighi, DJe de 19.5.2010).

3. A capitalização mensal de juros somente é permitida em contratos bancários celebrados posteriormente à edição da MP 1.963-17/2000, de 31/3/2000, e desde que expressamente pactuada.

(...)

(EDcl no AgRg no REsp 681.439/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 07/08/2012, DJe 15/08/2012)"

O acórdão recorrido, portanto, merece ser reformado.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, dou parcial provimento ao recurso especial para julgar a demanda parcialmente procedente,

no tocante ao pedido de redução da taxa de juros à média de mercado, com a consequente repetição de indébito na forma simples, a ser calculada em liquidação de sentença.

Ante a sucumbência recíproca, condeno as partes, na proporção de 50% (cinquenta por cento) para cada, ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, fixados em 10% (dez por cento) do valor da condenação, admitida sua compensação, na forma da Súmula n. 306/STJ, combinada com o entendimento manifestado pela Corte Especial deste Tribunal nos autos do EAREsp 1255986/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 20/03/2019, DJe 06/05/2019.

Fica a exigibilidade dos ônus de sucumbência suspensa em relação ao autor, pois lhe foi conferida a gratuidade da justiça.

Publique-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator